

Estudo Técnico Preliminar 45/2022

1. Informações Básicas

Número do processo: 60330.000109/2022-51

2. Descrição da necessidade

2.1. O presente objeto de contratação trata-se do serviço de assinatura de base de dados com coletânea digital das Normas Técnicas Brasileiras (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e Mercosul (AMN), com disponibilização de consulta/visualização e impressão ilimitada da coleção de Normas contratadas, via internet, com recursos de atualização e gerenciamento, a serem distribuídas, em formato digital, para as Organizações Militares das Forças Armadas e Administração Central do Ministério da Defesa.

2.2. Por fim, a presente demanda tem por objetivo atender os critérios de viabilidade e efetividade qualitativas das Normas Técnicas Brasileiras (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e Mercosul (AMN) e seu conjunto de regras, fornecimento de insumos de desenvolvimento tecnológico, garantias de qualidades, segurança, eficiência.

2.3. Devido ao processo anterior que concomitantemente chega ao fim de sua última prorrogação contratual com fim da vigência no dia 11 de dezembro de 2022, **Contrato nº 029/2017-MD**, (SEI nº 0800963), firmado entre este Ministério e a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT se faz necessário um novo procedimento licitatório do referido item.

2.4. Desta forma, convém ressaltar que uma norma técnica (ou padrão) é um documento, normalmente produzido por um órgão oficialmente acreditado para tal, que estabelece regras, diretrizes, ou características acerca de um material, produto, processo ou serviço.

2.5. A exemplo da metrologia, a normalização é um dos pilares de sustentação da qualidade, pois proporciona importantes benefícios, melhorando a adequação dos produtos, processos e serviços às finalidades para as quais foram concebidos, contribuindo para evitar barreiras comerciais e facilitando a cooperação tecnológica.

2.6. Pela experiência adquirida em contratações anteriores, a centralização desses serviços no âmbito do Ministério da Defesa, decidida pelo EMCFA, há alguns anos, e mantida pela Secretaria-Geral (SG) desde 2014, vem permitindo economia de escala e racionalização de meios na utilização desse serviço.

2.7. As normas técnicas são documentos de titularidade da ABNT, de acordo com a Resolução do CONMETRO nº 07, de 24 de agosto de 1992 e estabelece regras, diretrizes ou características sobre determinado material, produto, processo ou serviço. A exemplo da metrologia, a normalização é um dos pilares de sustentação da qualidade, pois proporciona importantes benefícios, melhorando a adequação de materiais e produtos, processos e serviços às finalidades para as quais foram concebidos, contribuindo para evitar barreiras comerciais e facilitando a cooperação tecnológica.

2.8. É nesse contexto que a contratação do serviço em pauta se faz necessária, isto é, por considerar a relevância do acesso às coletâneas de Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT - e Mercosul para beneficiar os projetos de pesquisa e desenvolvimento conduzidos pelas Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICT) militares.

2.9. Pela experiência adquirida em contratações similares - conforme processo 60330.000346/2012-40 e 60330.000115/2017-41 - a centralização desses serviços no âmbito do Ministério da Defesa, decidida pelo EMCFA há alguns anos e mantida pela Secretaria Geral (SG) desde o início do primeiro processo e sem interrupções, vem permitindo uma maior economia de escala pela economicidade do processo, comprometimento com a prestação do serviço público com o Ministério da Defesa e logo o cumprimento da missão institucional deste Ministério e das Forças Armadas, redução de custos administrativos, técnicos, operacionais e financeiros para as atividades do início ao fim e racionalização de meios de utilização desses serviços.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação – DECTI	Cel (EB) RAFAEL AQUINO DOS SANTO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Trata-se de um serviço comum, de caráter continuado sem o fornecimento de mão de obra exclusiva, a ser contratado mediante **Pregão**, em sua forma Eletrônica.

4.2. A descrição dos requisitos para a escolha da solução, abrange a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de assinatura de base de dados com coletânea digital de todas as Normas Técnicas Brasileiras (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e Mercosul (AMN), com disponibilização de consulta/visualização e impressão ilimitada da coleção de Normas contratadas, via internet, com recursos de atualização e gerenciamento, a serem distribuídas, em formato digital, para as Organizações Militares das Forças Armadas e Administração Central do Ministério da Defesa pelo período inicial de um ano.

4.3. O serviço a ser contratado enquadra-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.4. A prestação do serviço não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.5. A prestação do serviço não necessita de prazos de treinamento dos servidores da Contratada que irão executar os serviços técnicos-profissionais para esse Ministério.

4.6. Não serão necessários requisitos de treinamento para os servidores da Contratada que irão executar os serviços técnicos-profissionais para esse Ministério.

4.7. Requisitos legais para o atendimento da necessidade:

4.7.1. Lei nº 8.666/1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

4.7.2. Lei nº 10.520/2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada Pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

4.7.3. Atos normativos do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR /CGU/AGU, 5ª edição, revista, atualizada, ampliada – agosto/2022.

4.8. Requisitos internos funcionais

4.8.1. São requisitos intrínsecos para o objetivo da presente contratação que devam atender os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, da celeridade, da igualdade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e da isonomia de modo que possa garantir a efetividade no certame.

4.9. Estimativa das quantidades

4.9.1. De acordo com o art. 15, § 7º e inciso II da Lei nº 8.666/1993, as definições das quantidades a serem adquiridas em razão da previsão do consumo ou utilização dos bens ou serviços a serem contratados por esta Administração, foram baseadas no histórico de consumo e utilização (subitem 7.1) e necessidades da área demandante (item 2).

4.10. Mecanismos de controle

4.10.1. De acordo com o art. 67 da Lei nº 8.666/1993 “A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.” Desta forma o controle interno será realizado pelos Fiscais de Contrato da

Administração Pública que atuam na estrutura do Ministério da Defesa utilizando mecanismos de controle adequados para a situação e observando os Princípios Constitucionais.

4.11. Do fornecedor

4.11.1. As obrigações da CONTRATADA estão previstas no Termo de Referência e Edital.

4.12. Dos serviços

4.12.1. Trata-se de bens comuns a serem contratados mediante Licitação, na modalidade Pregão, em sua forma Eletrônica, com fulcro na Lei nº 10.520/2002.

4.12.2. Os materiais a serem adquiridos são comuns de acordo com o Parágrafo Único, do art. 1º, da Lei nº 10.520/2002, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste instrumento, por meio de especificações usuais do mercado.

4.13. Requisitos legais ambientais:

4.13.1. Não incidem critérios de sustentabilidade na presente licitação, em se tratando de Desenvolvimento Nacional Sustentável, o Decreto nº 7.746/2012 e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS, DECOR/CGU/AGU, 5ª edição, revista, atualizada, ampliada - agosto/2022, **não dispõem** de critérios de sustentabilidade para o objeto do presente processo.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Inicialmente é importante ressaltar que a análise das alternativas possíveis de solução para o objeto em pauta se faz necessária, uma vez que esta Equipe de Planejamento de Aquisições não visualiza outra solução possível para o atendimento da demanda apresentada, tendo em vista que o Contrato nº 029/2017-MD, (SEI nº [0800963](#)) chegará ao fim de vigência em 11/12/2022, conforme termo aditivo nº 045/2021-MD ([4226136](#)).

5.2. Considerando a restrição de alternativas possíveis para solucionar a demanda apresentada, esta equipe buscou comparar os processos com objetos similares realizados por outras UASGs em nos anos anteriores.

5.3. Este estudo considera, ainda, que o serviço demandado já foi licitado no ano de 2017 por esse Ministério, conforme processo [60330.000115/2017-41](#), que também será analisado, a fim de realizar amplo levantamento das contratações públicas inerentes a Normas Técnicas e serviços correlatos, conforme será detalhado nos itens seguintes.

5.4. Ser consideradas contratações similares feitas por outros Órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração

5.4.1. No Levantamento de mercado, realizado por meio do Portal de Compras do Governo Federal (COMPRASNET) do Ministério da Economia, acessado em 3 de maio de 2022, às 10h31min (horário de Brasília/DF) no seguinte endereço: <http://comprasnet.gov.br/acesso.asp?url=/Livre/Ata/ConsultaAta00.asp>, constatou-se que é comum a aquisição dos itens solicitados por este Ministério, através da realização de Pregões Eletrônicos como pode ser observado no quadro abaixo, que contém itens com características correlatas ao pretendido neste instrumento:

5.4.2. Ata – Consulta Atas de Registro de Preços;

Material: Aquisição de estandartes, bandeiras-insígnias, laços militares, talabartes, mastros, bolachas e bonés;

Períodos Pesquisados: 01/01/2021 à 31/12/2021.

ÓRGÃO GERENCIADOR

135058 - EMBRAPA/GERENCIA CONTRAT INFRAEST/BRASILIA/DF

5.3.3. Demonstrações de não exclusividade das empresas atuando neste mercado:

CNPJ	EMPRESA
00.000.028/0001-29	TARGET ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA
33.402.892/0001-06	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT

5.3.4. Da análise das contratações similares feitas por outros Órgãos e entidades, certifica-se em observância ao Estudo Técnico Preliminar e ao Termo de Referência que **não** foi identificada a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que possam melhorar e atender às necessidades e resultados pretendidos desta Administração, ainda, a ampla participação do mercado na futura licitação.

5.4. Ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas

5.4.1. Para o presente processo não há necessidade da realização de consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições, haja em vista que a presente contratação se trata de materiais comuns, de acordo com Parágrafo Único, do art. 1º, da Lei nº 10.520/2002.

5.4.2. Ademais, após o levantamento do mercado de que trata a alínea anterior, a quantidade de fornecedores em potencial não foi considerada restrita, em virtude do exposto, não foi julgado como necessária a retificação da especificação técnica dos itens que se pretende adquirir, todos os requisitos descritos são indispensáveis para o atendimento da demanda.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Para este objeto a ser contratado a melhor solução será a contratação de serviço de assinatura de base de dados com coletânea digital de todas as Normas Técnicas Brasileiras (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e Mercosul (AMN), com disponibilização de consulta/visualização e impressão ilimitada da coleção de Normas contratadas, via internet, com recursos de atualização e gerenciamento, a serem distribuídas, em formato digital, para as Organizações Militares das Forças Armadas e Administração Central do Ministério da Defesa pelo período inicial de um ano.

6.2. Não se vislumbra neste momento, em virtude da natureza do objeto a ser adquirido, vantajosidade e/ou necessidade da contratação de manutenção e de assistência técnica relacionadas aos itens em pauta, sem, contudo, esgotar o estudo, podendo ser objeto de futuro processo específico para contratação da mesma natureza, hora propostos à licitação.

6.3. Qualificação Técnica:

6.3.1. Os critérios de **Qualificação Técnica** a serem atendidos pelo fornecedor serão:

6.3.1.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecidos por pessoas jurídicas de direito

público ou privado, comprovando ter a licitante prestado serviços de natureza compatível e/ou similar como o objeto desta licitação.

6.3.1.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

6.3.1.3. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 1 (um) ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de o 1 (um) ano ser ininterrupto, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

6.3.1.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

6.3.1.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As estimativas das quantidades acompanhadas das memórias cálculo e dos documentos que dão suporte, de acordo com a necessidade deste Ministério, constam nas quantidades estimadas para contratação dos serviços de Normas Técnicas, conforme Documento de Formalização de Demanda – DFD 7 (5367832).

7.2. A quantidade a contratar será a mínima necessária, a fim de viabilizar a análise de maneira objetiva e direta quanto à aplicação dos recursos e aos resultados esperados na condução das Políticas Públicas, observando-se o binômio: recursos aplicados e resultados.

Ordem	Descrição do Material	Qtd. a licitar 2022	Qtd. Adquirida 2018	Qtd. Adquirida 2019	Qtd. Adquirida 2020	Qtd. Adquirida 2021	Qtd. Estoque 2022
1	Contratação de serviço de assinatura de base de dados com coletânea digital de todas as Normas Técnicas Brasileiras (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e Mercosul (AMN), com disponibilização de consulta/visualização e impressão ilimitada da coleção de Normas contratadas, via internet, com recursos de atualização e gerenciamento, a serem distribuídas, em formato digital, para as Organizações Militares das Forças Armadas e Administração Central do Ministério da Defesa pelo período inicial de um ano.	01	01	01	01	01	00

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 14.285,93

8.1. A estimativa do valor da contratação, quantidades, especificações e valor máximo aceitável desta contratação são as constantes do quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UF	QTD	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL	
					UNITÁRIO	TOTAL

01	Contratação de serviço de assinatura de base de dados com coletânea digital de 60 (sessenta) Normas da International Organization for Standardization (ISO), conforme relação em anexo, com disponibilização de consulta/visualização e impressão ilimitada da coleção de Normas contratadas, via internet, com recursos de atualização e gerenciamento, a serem distribuídas, em formato digital, para as Organizações Militares das Forças Armadas e Administração Central do Ministério da Defesa pelo período inicial de um ano.	21040	SV	01	R\$ 14.285,93	R\$ 14.285,93
Valor total máximo:					R\$ 14.285,93	

8.2. O valor máximo aceitável da contratação é de R\$ 14.285,93 (quatorze mil, duzentos e oitenta e cinco reais e noventa e três centavos), será o valor final resultante do Mapa Comparativo dos Preços (5252272) e posterior Análise Crítica dos Preços (5252858), realizada pelo Núcleo de Pesquisa de Preços – NUPP, deste Ministério.

8.3. Quanto ao sigilo do valor da aquisição até a conclusão da licitação (inciso VI do art. 7º IN 40/2020), conclui-se que não se faz necessário, uma vez que as divulgações dos valores estimados podem auxiliar na elaboração de propostas de preços.

8.4. Analisando a interdependência com outras contratações de modo que a finalidade possibilite a economia da escala, foi realizada a pesquisa com outros Órgãos Públicas pelo endereço <http://comprasnet.gov.br/Livre/Ata/ConsultaAta01.asp>, não sendo encontrado serviços semelhantes, mostrando assim, a exclusividades dos serviços prestados, justificando-se assim a contratação por inexigibilidade de licitação.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Quanto ao parcelamento ou não da solução, em regra, conforme §§ 1º ao 7º do art. 23 da Lei nº 8.666/93 e inciso III, art. 32 da Lei nº 13.303/2016, que dispõe que as obras, serviços e compras efetuadas pela Administração deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade com um melhor aproveitamento do mercado e aumento da competitividade e sem prejuízos aos aspectos técnicos e/ou perda da economia de escala.

9.2. Diante dos expostos, em virtude de acudir o maior número de interessados em participar da Licitação, sem prejudicar o ganho da aquisição em escala (Súmula nº 247 do TCU), optou-se pelo parcelamento da licitação em itens, pois representa uma maior economia e ganho de escala, conforme especificações e demandas do Ministério da Defesa por meio da SEORI/DESEG - MD.

9.3. Não é necessária a previsão de cotação de quantidade inferior à demandada na licitação, a Administração tem a pretensão de adquirir todo o quantitativo previsto, não havendo a necessidade de o Edital fixar quantitativos mínimos para preservar a economia de escala.

9.4. A adoção da contratação em empreitada por preço global no presente certame licitatório, justifica-se de forma fundamentada, em que a sua adoção se torna mais exequível, vantajosa e satisfatória para a Administração em demonstrações de razões como: eficiências técnicas, logísticas, operacional, finalístico, econômicas e tende a proporcionar uma contratação sem a incoerência da padronização do serviço a ser contratado.

9.5. No caso em tela, a justeza na prolação da presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global, tendo em vista que a quantidade e valor foi definido previamente com boa margem precisão e com preço certo e total, deste modo será requerido a totalidade do objeto demandado e posteriormente o fiel pagamento a contratada, conforme artigo 6º, alínea 'a', da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993

9.6. Natureza do objeto: O objeto deste instrumento, quanto ao seu tipo, é comum, por ser possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto, conforme Parágrafo Único do art. 1º da Lei nº 10.520/2002.

9.7. Opção de critério de julgamento e contratação: Menor Preço do Item.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. O presente processo tem a finalidade de viabilizar a contratação de empresa, instituto ou entidade, especializada na prestação de serviço de assinatura de base de dados com coletânea digital das Normas Técnicas Brasileiras (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e Mercosul (AMN), conforme relação em anexo, com disponibilização de consulta /visualização e impressão ilimitada da coleção de Normas contratadas, via internet, com recursos de atualização e gerenciamento, a serem distribuídas, em formato digital.

10.2. Como contratação correlata há os processos [60330.000346/2012-40](#) e [60330.000115/2017-41](#), o qual tratou sobre o mesmo tema nos anos de 2012 e 2017, que terá seu encerramento no dia 11 de dezembro de 2022.

10.6. Desse modo, o presente processo tem como base o processo supracitado, visando à continuidade, ao aperfeiçoamento e ao êxito das contratações futuras.

10.3.2. Dessa forma, não existem contratações interdependentes que guardem relação com o objeto principal, interligando-se à pretendida aquisição.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. De acordo com o art. 16, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, durante o ano de sua execução, o Plano de Contratações Anual (PCA), poderá ser alterado, por meio de justificativa aprovada pela autoridade competente.

11.1.1. Parágrafo único. O Plano de Contratações Anual (PCA) atualizado e aprovado pela autoridade competente será disponibilizado automaticamente no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), observado o disposto no art. 14.

11.2. O serviço a ser contratado consta no item nº 1493 do PCA 2022, no valor total é de R\$ 21.143,30 (vinte e um mil, cento e quarenta e três reais e trinta centavos).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. O resultado pretendido será alcançado com o firmamento do contrato com uma empresa, instituto ou entidade, especializada na prestação de serviço de assinatura de base de dados com coletânea digital de todas as Normas Técnicas Brasileiras (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e Mercosul (AMN), com disponibilização de consulta/visualização e impressão ilimitada da coleção de Normas contratadas, via internet, com recursos de atualização e gerenciamento, a serem distribuídas, em formato digital, para as Organizações Militares das Forças Armadas e Administração Central do Ministério da Defesa pelo período inicial de um ano.

12.2. Os ganhos diretos que se almejam com a contratação, estão relacionados na justificativa da contratação do referido item, conforme previsto no item 2 deste instrumento.

12.3. Em se tratando de Desenvolvimento Nacional Sustentável efetivamente consta no Subitem 4.13. Requisitos Legais Ambientais.

12.4. Vantagens e economicidade para a Administração:

12.4.1. Vantagem: Atender às necessidades deste Ministério, conforme minudenciado nesse instrumento.

12.4.2. Economicidade: Dar-se-á com a possibilidade de realizar a contratação com valor inferior à pesquisa de preço realizada pelo Mapa Comparativo de Preços ([5252272](#)).

12.5. Do exposto, de forma objetiva, esta administração objetiva adquirir produtos que visam diminuir ou até mesmo eliminar os impactos ao meio ambiente. Essas atitudes preservam os recursos naturais, mantendo o equilíbrio ecológico em nosso planeta. Estas práticas estão relacionadas a diminuição da poluição, incentivo à reciclagem e eliminação do desperdício.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não serão necessárias providências para à adequação do ambiente ou a capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização, tendo em vista que se trata de uma contratação de serviços comuns e não tem maiores complexidades, bastando que a empresa contratada preste o serviço.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Com a finalidade de mitigar os possíveis impactos ambientais e buscando sanar os riscos ambientais existentes, esta administração realizou a inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental, conforme minudenciado no subitem 4.13. Requisitos Legais Ambientais.

14.2. Sempre que possível e no que couber, deve ser observado, quando da aquisição de bens e serviços, o atendimento às normas técnicas, elaboradas pela Assessoria Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), nos termos da Lei nº 4.150/62, bem como outras similares tudo com o objetivo de aferir e garantir a aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados. Ainda, deverão ser observados, quando couber, os critérios contidos no art. 5º, § 1º, da IN /SLTI nº 01/2010 e os critérios de sustentabilidade ambiental.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Esta Equipe de Planejamento da Contratação declara a viabilidade e razoabilidade da contratação de empresa especializada em serviço de assinatura de base de dados com coletânea digital de todas as Normas Técnicas Brasileiras (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e Mercosul (AMN), com disponibilização de consulta/visualização e impressão ilimitada da coleção de Normas contratadas, via internet, com recursos de atualização e gerenciamento, a serem distribuídas, em formato digital, para as Organizações Militares das Forças Armadas e Administração Central do Ministério da Defesa pelo período inicial de um ano, com base nos elementos expostos neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art. 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

15.2. De acordo com a Portaria DEADI/SEORI/SG-MD nº 4673, de 02 de setembro de 2022 ([5545506](#)), publicada no Boletim de Pessoal e Serviço nº xx, de 09 de setembro de 2022 (xxxxxx), foi designada a equipe de planejamento da contratação conforme segue:

15.2.1. Na condição de Integrante Requisitante: CF (T) FÁBIO DE SALLES **MONTEIRO**, CPF: ***.908.677-**, lotado no Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação (DECTI);

15.2.2. Na condição de Integrante Administrativo: Cb (EB) YURI ARAÚJO **CASSIMIRO**, CPF: ***.434.001-**, lotado na Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ); e

15.2.3. Na condição de Integrante Técnico: SC **DEIVID** GOMES DA SILVA, CPF: ***.393.041-**, lotado no Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação (DECTI).

16. Responsáveis

Despacho no 3054/DESEG/SEORI/SG-MD

FÁBIO DE SALLES MONTEIRO

Coordenador

Despacho no 3054/DESEG/SEORI/SG-MD

DEIVID GOMES DA SILVA

Assessor

Despacho no 3054/DESEG/SEORI/SG-MD

YURI ARAUJO CASSIMIRO

Especialista

ODILON MAZZINI JUNIOR

Diretor

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 1.1. GERENCIAMENTO DE RISCOS.pdf (138.89 KB)

Anexo I - 1.1. GERENCIAMENTO DE RISCOS.pdf

GERENCIAMENTO DE RISCOS

INTRODUÇÃO

Esta etapa tem por objetivo descrever, analisar e tratar os riscos e ameaças que possam vir a comprometer o sucesso em todas as fases desta contratação.

1. RISCOS DA AQUISIÇÃO:

- 1.1. Identificação dos principais riscos que possam comprometer a efetividade do Estudo Técnico Preliminar, da Seleção do Fornecedor e da Gestão Contratual ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação, são estes:
 - 1.1.1. Impugnação do procedimento licitatório, causando o atraso na contratação ou o seu cancelamento (§ 1º, art. 41, Lei nº 8.666, de 1993).
 - 1.1.2. Atrasos decorrentes de adequações necessárias às demandas pelos setores internos: Coordenação de Licitação (COLIC) e Consultoria Jurídica (CONJUR).
 - 1.1.3. Licitações com itens desertos por motivos de critérios ambientais.
- 1.2. Avaliação dos riscos identificados, consistindo da mensuração da probabilidade de ocorrência e do impacto de cada risco.
- 1.3. Tratamento dos riscos considerados inaceitáveis por meio da definição das ações para reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos ou suas consequências.
- 1.4. Para os riscos que persistirem inaceitáveis após o tratamento, definição das ações de contingência para o caso de os eventos correspondentes aos riscos se concretizarem.
- 1.5. Definição dos responsáveis pelas ações de tratamento dos riscos e das ações de contingência.
- 1.6. A responsabilidade pela atualização do Gerenciamento de Riscos nas fases que abrangem os Estudos Preliminares e o Termo de Referência é de competência da equipe de Planejamento da Aquisição; na fase de seleção do fornecedor da Coordenação de Licitações e Contratos; e após eventos relevantes, durante a gestão do contrato pelos servidores responsáveis pela fiscalização.

2. POSSIBILIDADES E DANOS:

Identificação das possibilidades de ocorrência e dos danos potenciais a cada risco identificado:

FASE DE ANÁLISE - PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR			
RISCO 1			
Probabilidade:	(___) Baixa	(_X_) Média	(___) Alta
Impacto:	(___) Baixo	(___) Médio	(_X_) Alto
Id	Dano		
1	Impugnação do procedimento licitatório, causando o atraso na contratação ou o seu cancelamento (§ 1º, art. 41, Lei nº 8.666, de 1993).		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1	Anular o risco por meio de adequações técnicas que se fizerem necessárias.	Demandante.	
2	Anular o risco por meio de adequações jurídicas que se fizerem necessárias.	Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1	Realizar as correções necessárias para prosseguimento do processo.	Demandante e Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).	
2	Responder a impugnação caso seja de caráter técnico.	Coordenação de Licitação (COLIC), Demandante e Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).	

FASE DE ANÁLISE - PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR RISCO 2			
Probabilidade:	() Baixa	() Média	(X) Alta
Impacto:	() Baixo	() Média	(X) Alta
Id	Dano		
1	Atrasos decorrentes de adequações necessárias as demandadas pelos setores internos: Coordenação de Licitação (COLIC) e Consultoria Jurídica (CONJUR).		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1	Analisar processos anteriores e análogos retirando as incoerências apresentadas.	Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1	Anular o risco por meio de ajustes neste instrumento.	Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).	
2	Realizar as correções necessárias para prosseguimento do processo.	Demandante e Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).	
3	Habilitar fornecedor com capacidade técnica para a realização da contratação desejada.	Demandante e Coordenação de Licitação (COLIC).	

FASE DE ANÁLISE - PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR RISCO 3			
Probabilidade:	() Baixa	() Média	(X) Alta
Impacto:	() Baixo	() Média	(X) Alta
Id	Dano		
1	Licitações com itens desertos por motivos de critérios ambientais.		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1	Analisar processos anteriores e análogos, retirando as exigências do item que não foram atendidos.	Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).	
2	Incluir as exigências de acordo com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS, DECOR/CGU/AGU, 5ª edição, revista, atualizada, ampliada - agosto/2022	Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1	Excluir a exigência no item que apresente problema no fornecimento.	Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).	
2	Exigir atestado de capacidade técnica.	Coordenação de Licitação (COLIC).	

Analisado:

Cb Int (EB) YURI ARAÚJO CASSIMIRO
Integrante Administrativo